

QUEM CONTA UM CONTO AUMENTA UM PONTO: A contribuição da história contada na construção de identidade de um povo

Karine dos Santos Silva ¹

RESUMO

As histórias são inerentes à humanidade, manifestando-se em todas as épocas e contextos. Através delas, revisitamos o passado, vivenciamos o presente e projetamos o futuro. Este trabalho tem como objetivo central destacar a história contada como elemento essencial na construção de identidade de uma sociedade, enfaticamente, a construção da identidade do povo maceioense e alagoano. A pesquisa surgiu da necessidade de promover uma conscientização social, cultural e ancestral, especialmente no contexto local, considerando que Maceió e Alagoas foram, e ainda são, cenários de episódios marcantes e violentos, como o Quebra de Xangô. Para tanto, a metodologia adotada combinou pesquisa bibliográfica com relatos de vivências da autora, além de um aprofundamento teórico sobre o tema. O estudo contou com contribuições de diversos pesquisadores, como Higa (2023), Abote e Stoltz (2020), Bedran (2012), Aranha (2012) e Galeano (s.d.), enriquecendo a análise com diferentes perspectivas. Os resultados evidenciam a urgência de preservar e difundir a história local, garantindo que seja contada e ouvida. Afinal, toda transformação social exige um primeiro passo, e esse passo se inicia com uma educação decolonial. O estudo enfatiza a importância de direcionar esse olhar, primeiramente, para os adultos, pois somente ao nos reeducarmos conseguiremos atuar de forma assertiva na formação das novas gerações. Assim, a valorização da narrativa histórica torna-se uma ferramenta indispensável para a construção de uma sociedade mais consciente de sua identidade e de seu papel na continuidade da memória coletiva.

Palavras-chave: História contada, Construção de identidade, Quebra de Xangô, Maracatu.

INTRODUÇÃO

As histórias são inerentes à humanidade. Sendo assim, podem ser percebidas a todo momento e em todos os tempos. É perceptível que, por meio das histórias, relembremos o tempo passado, fazemos e vivenciamos histórias no tempo presente e imaginamos novas histórias para serem criadas no tempo futuro. Então, uma vez criada essa correlação entre tempo e história, é sagaz imaginar, ou melhor, elucidar que “[...] somos feitos de histórias”, como bem dito pelo ilustre escritor Eduardo Galeano (2014). Além disso, a autora Aranha (2012) aprofunda um pouco mais, evidenciando que:

“Somos seres históricos, já que nossas ações e pensamentos mudam no tempo, à medida que enfrentamos os problemas não só da vida

¹ Graduada do Curso de **Pedagogia** da Universidade Federal de Alagoas - UFAL, karinesantos0929@gmail.com;



pessoal, como também da experiência coletiva. É assim que produzimos a nós mesmos e a cultura a que pertencemos.”

Como o ser humano não se trata de uma constante, é necessário olhar para o passado para que consigamos entender melhor o presente, as mudanças no mundo e também os problemas advindos de nossas ações. Para isso, é preciso a existência de técnicas e estudos que investiguem as ações do ser humano e suas implicações no mundo. É aqui que a história entra, pois é ela, enquanto ciência, que estudará esses acontecimentos.

Vejam: atualmente as mulheres possuem direito ao voto — coisa que, décadas atrás, era um absurdo de se imaginar. E como sabemos disso? História. Sim, história enquanto ciência, mas também histórias que foram contadas e recontadas ao ponto de gerar esperança e se transformar em força, para que juntas, se percebessem como seres humanos e seres históricos que devem gozar de seus direitos.

Deste modo, sabendo que as histórias fazem parte de nossa cultura, podemos consolidar aqui o ato de contar histórias como um fator intrínseco à cultura do homem e seu desenvolvimento. Resgatemos, pois, algumas memórias dos primórdios dos tempos e voltemos nossos pensamentos à época pré-histórica e às formas de expressão daquele povo. Segundo o professor de história Carlos César Higa (s.d.):

“Com a arte rupestre, os hominídeos tinham como principal objetivo, de acordo com historiadores e antropólogos, registrar seu cotidiano — como os animais que caçavam ou desejavam caçar —, bem como os primeiros ritos religiosos e outras cerimônias praticadas pelas tribos.”

Ou seja, mesmo numa época em que não há indícios da oralidade, a arte de contar histórias já se fazia presente por meio de pinturas. Agora avancemos um pouco no tempo, para o momento em que as sociedades tribais já são marcadas pela oralidade. Partindo deste ponto, Aranha (2012) afirma que:

“Os mitos e os ritos são transmitidos oralmente, e a tradição se impõe por meio da crença, permitindo a coesão do grupo e a repetição dos comportamentos considerados desejáveis. Assim são constituídas comunidades estáveis, no sentido de que nelas as mudanças acontecem muito lentamente.”

Podemos observar, mais uma vez, a presença do ato de contar histórias — agora presente nos mitos transmitidos oralmente —, fazendo com que seja possível compreender e confirmar que a história é algo crucial para o desenvolvimento da sociedade. Pois esses mitos, citados por Aranha (2012), não eram nada mais que histórias passadas de geração em geração.



Pensemos em outra situação na qual o ato de contar histórias se faz muito presente... Então, acendeu a luzinha divina para o termo religiosidade? Não? Vamos lá! As religiões comumente e tradicionalmente se utilizam de histórias para guiar seus fiéis e adeptos, seja por meio de parábolas, provérbios, mitos, itans ou koans — as histórias estão lá. Vamos nos encontrar na história? Uma pesquisa realizada pela empresa Datafolha e publicada no portal de notícias G1 comprova que 81% dos brasileiros são adeptos da religiosidade cristã.

Levando em consideração que somos seres históricos e criamos nossa própria cultura, podemos perceber que a conclusão dos dados citados acima é interessante se resgataremos aqui a história contada e recontada de nossas raízes. Sabemos que nós, brasileiros, somos mistos em nossas etnias, herdando assim diferentes culturas. A crença cristã e toda a história contada do menino Jesus, predominante em nosso país, ironicamente — ou nem tanto assim — foi propagada após a invasão dos europeus. Ou seja, essas não são nossas raízes, mas são essas as crenças comumente bem aceitas na sociedade brasileira.

As crenças originárias de nossas terras são os mitos que fazem referências a diferentes deuses e entidades espirituais — crenças essas que foram oprimidas e quase apagadas das nossas memórias devido ao extermínio de milhões de indígenas. Com esse extermínio latente e a imposição do cristianismo, as crenças originárias de nossa terra — para a maioria dos brasileiros — sobrevivem apenas como lendas de uma mera folclorização.

Nossas raízes também possuem forte influência africana, pois os mesmos homens brancos já responsáveis pelo genocídio de povos indígenas arrancaram povos africanos de seu próprio continente para serem escravizados e mortos aqui, dando início a um longo e tenebroso período histórico para esse povo — tal qual ainda é refletido até os dias atuais, com fortes sinais de precarização da vida do negro dentro de uma sociedade branca.

Mesmo com tanto sangue derramado, os povos africanos buscaram manter viva suas culturas e suas crenças, para que suas raízes não fossem apagadas. É nesse contexto opressor para os povos indígenas e africanos que surge o sincretismo religioso, como afirma Romão (2018, p. 362):

“O sincretismo ocorrido entre as crenças indígenas e o sistema católico foi fruto notadamente das investidas jesuíticas em seu afã evangelizador. No caso dos africanos, estes exerceram um papel de protagonistas, ao buscarem formas de continuar a cultuar suas divindades. Para tanto, buscaram uma espécie de meio-termo entre



seu real panteão e o sistema dos santos católicos introduzido pelos padres ibéricos.”

Nossa ancestralidade africana carrega fortes narrativas e também possui premissas na oralidade. Por exemplo, segundo Souza e Souza (2018, p. 99):

“O Candomblé através dos Orixás é um dos mais antigos cultos religiosos da humanidade” e “a oralidade é sua maior especialidade, pois a transmissão do conhecimento e valores é repassada de forma oral dos mais velhos aos mais novos.”

Além disso, se trata de uma religião viva até os dias atuais, que contribuiu para que comunidades afro originassem também religiosidades afro-brasileiras.

Não obstante, o ato de contar histórias é como uma moeda que possui dois lados. Da mesma forma que ela pode ser utilizada de uma maneira bonita e pura, visando preservar uma identidade cultural, ela também pode se tornar suja e reverberar preconceitos e discriminações, favorecendo, assim, a parcela detentora de um poder maior.

Nossa sociedade atual teve como fundamento as crenças de um povo branco e princípios totalmente cristãos, e tudo que conflitava com este aspecto era mal visto — inclusive, e enfaticamente, a cor da pele. Até os dias de hoje precisamos lidar com preconceitos, discriminações e intolerâncias que ecoam desse histórico devastador para os povos negros e indígenas. É triste observar que, ainda recentemente, lidamos com a destruição de terreiros, o assassinato de líderes religiosos de matriz africana e com uma população que alimenta um medo incompreensível e demoniza tudo que vem do povo negro — mesmo fazendo parte de suas raízes, do seu próprio sangue.

Assim, este trabalho surge da necessidade de gerar uma conscientização - social, cultural e ancestral - fazendo um recorte muito específico para Maceió, Alagoas, uma vez que estes foram e muitas vezes ainda são palco para acontecimentos truculentos, como o episódio do Quebra de Xangô. Para isto, evidencio como a contação de histórias sempre esteve presente na humanidade e, até hoje, pode e deve ser utilizada como recurso auxiliador em prol de uma “Educação Libertadora” e decolonial. Voltando um olhar exclusivo para o adulto, acreditando que precisamos primeiramente nos educar para que assim consigamos ser assertivos em nossos processos educativos com nossas crianças.

A metodologia empregada no presente trabalho abrange pesquisa bibliográfica, estudo e aporte teórico sobre a temática de forma geral. Consequentemente, conta com a



contribuição de vários estudiosos como Higa (2023), Abote e Stoltz (2020), Bedran (2012), Aranha (2012) e Galeano (s.d.).

METODOLOGIA

A construção deste trabalho partiu de uma vivência pessoal que despertou o interesse pela pesquisa: o primeiro contato com o maracatu, cuja força simbólica e expressiva provocou uma profunda transformação na minha forma de perceber o mundo, a cultura e as histórias que nos constituem. Essa experiência sensível, marcada pela escuta dos tambores, pelo movimento coletivo e pela vibração do corpo, foi o ponto de partida para uma reflexão mais ampla sobre o papel das narrativas na formação humana e social.

A partir dessa vivência, delineei um percurso investigativo baseado na pesquisa bibliográfica e na reflexão teórico-prática. O estudo foi desenvolvido com o objetivo de compreender o impacto da contação de histórias na construção de identidades e na transmissão de saberes culturais. Para isso, iniciei um processo de leitura, análise e sistematização de materiais que abordam o tema das narrativas orais, da cultura popular e da história como campo de formação do ser humano.

O trabalho foi estruturado em três etapas principais. Na primeira, ocorreu o movimento de escuta e sensibilização, em que a experiência com o maracatu se transformou em um elemento inspirador e provocador de sentidos, levando à formulação da questão central da pesquisa. Na segunda etapa, realizei um estudo teórico sobre a temática, com base em autores que discutem o papel das histórias na construção social e cultural do sujeito. Por fim, na terceira etapa, dediquei-me à articulação entre teoria e vivência histórica, conectando as leituras realizadas às reflexões construídas a partir dos meus estudos sobre o Quebra de Xangô, ocorrido na cidade em que resido atualmente. Esse movimento de pesquisa permitiu compreender como as narrativas e memórias coletivas contribuem para a preservação da identidade cultural e para o enfrentamento das marcas deixadas pela intolerância religiosa. As disciplinas cursadas no último período da graduação também se tornaram fundamentais nesse processo, auxiliando na consolidação das ideias e na construção de um olhar mais crítico e sensível sobre o tema.



Portanto, a metodologia adotada fundamenta-se na intersecção entre a experiência vivida e a reflexão acadêmica, compreendendo o processo de pesquisa como um caminho que une razão e sensibilidade. Essa perspectiva reconhece a potência das histórias — sejam elas contadas, vividas ou ouvidas — como instrumentos de compreensão do mundo, de si e do outro.

REFERENCIAL TEÓRICO

Este trabalho parte da compreensão de que as histórias são constitutivas do ser humano e de sua experiência no mundo. Como afirma Galeano (2014), “somos feitos de histórias”, e é por meio delas que reconstruímos o passado, compreendemos o presente e projetamos o futuro. Nessa perspectiva, o ato de contar histórias não se limita à infância ou ao espaço escolar — ele é um fenômeno cultural, social e histórico, que atravessa gerações e molda identidades.

Aranha (2012) reforça que o ser humano é histórico e cultural, pois se transforma a partir das experiências individuais e coletivas. Assim, contar histórias é também uma forma de produzir cultura e de se reconhecer dentro dela. As narrativas, portanto, não apenas comunicam, mas também educam, preservam e ressignificam modos de existência. Desde os tempos da arte rupestre, quando o homem registrava seu cotidiano nas paredes das cavernas (Higa, s.d), a contação de histórias tem servido como um meio de expressar valores, crenças e visões de mundo.

No entanto, é preciso reconhecer que as histórias que nos constituem não são neutras. A invasão europeia impôs ao Brasil uma narrativa dominante — branca, cristã e europeia — que apagou ou marginalizou as vozes dos povos indígenas e africanos. Nesse sentido, compreender o papel das histórias é também um ato político, pois implica revisitar e recontar as memórias silenciadas da nossa ancestralidade. Bedran (2012) destaca que o contador de histórias é aquele que, ao narrar, restaura vínculos, recria o passado e permite que a memória coletiva continue viva.

A partir dessa compreensão, o presente estudo se ancora na importância da oralidade como meio de resistência e preservação cultural. Entre os povos africanos, por exemplo, a transmissão oral de saberes é uma forma de garantir a continuidade da tradição e do conhecimento, como ressaltam Souza e Souza (2018).

É neste ponto que os estudos sobre o Quebra de Xangô, ocorrido em Maceió em 1912, tornam-se fundamentais para compreender a profundidade da relação entre



narrativa, memória e resistência. Esse episódio histórico, marcado pela destruição de terreiros e perseguição às religiões de matriz africana, simboliza o apagamento violento das histórias e das vozes negras e indígenas que fundam a nossa existência. Revisitar o Quebra de Xangô é, portanto, revisitar um trauma coletivo e reafirmar a necessidade de recontar a história sob outra perspectiva — a dos que resistem, dos que mantêm viva a palavra, a música, o tambor e a fé.

Nesse sentido, as reflexões de Abote e Stoltz (2020) ajudam a compreender a contação de histórias como prática que ultrapassa o entretenimento e se configura como ato político e pedagógico, capaz de provocar reflexão e transformação social. Assim, a oralidade e as narrativas populares tornam-se instrumentos de reexistência — lugares de memória e de produção de conhecimento que desafiam o silenciamento histórico imposto pela invasão.

Portanto, o referencial teórico deste trabalho parte da intersecção entre história, cultura e educação, reconhecendo a contação de histórias como um campo de resistência e reconstrução identitária. O diálogo entre autores e as memórias coletivas evoca a urgência de recuperar as vozes silenciadas, reafirmando que a palavra é, e sempre foi, um território de luta e de liberdade.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A partir deste percurso, foi possível compreender mais profundamente o ato de contar histórias e seus impactos na sociedade em que estamos inseridos. As narrativas revelam-se como força viva de formação humana, capazes de despertar consciência, empatia e pertencimento. Como afirmam Abote e Stoltz (2020), “a arte de contar e ouvir histórias propaga a sabedoria humana, resgatando pensamentos e ensinamentos de diferentes povos e culturas, fruto da ancestralidade”.

Ainda que o contexto histórico brasileiro tenha se estruturado sobre bases coloniais, racistas e excludentes, há uma resistência que atravessa os séculos — uma força ancestral trazida pelos povos africanos escravizados e perpetuada por seus descendentes e movimentos sociais. Essa resistência não permitiu que nossas histórias fossem totalmente silenciadas. Ouvir e recontar essas histórias é, portanto, um gesto político de reexistência.

Compreender as narrativas é também revisitar memórias e questionar o que se convencionou chamar de “história oficial”. É nesse movimento de escuta e



reconhecimento que reencontramos nossas raízes e nos reconstruímos enquanto seres sociais. O conhecimento de nossas próprias origens é o que nos move a lutar por liberdade e justiça.

Esta reflexão ganha ainda mais força ao analisarmos os ecos históricos de Maceió, especialmente o episódio do Quebra de Xangô de 1912, considerado um dos maiores atos de intolerância religiosa do Brasil. Sob o comando de Fernandes Lima, terreiros foram destruídos, religiosos foram perseguidos e assassinados, e uma parte significativa da cultura afro-brasileira foi violentamente silenciada. Paradoxalmente, a principal avenida da capital leva até hoje o nome desse governador, evidenciando o quanto o racismo religioso segue naturalizado e invisibilizado no cotidiano maceioense.

Os movimentos contemporâneos de resistência — como a campanha pela mudança do nome da Avenida Fernandes Lima para Avenida Tia Marcelina, em homenagem à mãe de santo assassinada no massacre — revelam o poder da memória coletiva e da luta por reparação histórica. Essa mobilização reafirma que as histórias silenciadas precisam ser contadas em voz alta, dentro e fora dos espaços escolares, como parte de uma educação libertadora e decolonial.

O Xangô Rezado Alto, evento que marca o centenário do massacre e celebra o retorno do tambor e da palavra ancestral ao espaço público, simboliza essa retomada. O pedido oficial de perdão do governo do estado e as manifestações culturais que dele nasceram evidenciam o poder transformador da narrativa e da escuta.

É neste contexto que o Maracatu, ritmo afro-brasileiro ancestral, ressurge em Maceió como símbolo de resistência, memória e reconstrução. O silenciamento imposto pelo Quebra de Xangô forçou a migração desse ritmo para outros estados, mas, décadas depois, ele ecoa novamente pelas ruas alagoanas, através de grupos como o Baque Alagoano, o Coletivo AfroCaeté e o Nação de Maracatu Corte de Airá. O retorno do maracatu representa não apenas a recuperação de uma expressão cultural, mas o reerguimento de um povo e o reencontro com sua ancestralidade.

Assim, os resultados deste estudo indicam que contar histórias é um ato revolucionário, pois reata os fios da memória coletiva, devolve visibilidade às vozes apagadas e ressignifica identidades. Ouvir e ecoar nossas histórias — sobretudo as histórias negras, indígenas e populares — é reconhecer que o tambor que um dia silenciaram, hoje pulsa mais forte, lembrando a todos nós de onde viemos e para onde desejamos ir.



CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste trabalho, reafirmamos que as histórias ocupam um lugar essencial na constituição de uma sociedade, sendo parte intrínseca e indissociável de nossa existência coletiva. Através delas, revisitamos o passado, compreendemos o presente e refletimos sobre os caminhos que moldam nossa identidade enquanto povo. Sem conhecer de onde viemos, não há como compreender quem somos, nem qual direção queremos seguir. Por isso, as histórias contadas — especialmente as que evocam as memórias silenciadas — tornam-se instrumentos fundamentais na reconstrução da identidade do povo maceioense e alagoano.

O estudo retoma, com indignação e esperança, episódios marcantes de nossa história, como o Quebra de Xangô de 1912 — o maior massacre religioso já ocorrido no país —, para evidenciar que o racismo e a intolerância religiosa permanecem como feridas abertas. Mesmo após mais de um século, os índices de violência contra a população negra e as religiões de matriz africana ainda expressam o peso de um racismo estrutural que insiste em nos atravessar.

Diante disso, reafirma-se a urgência de uma educação decolonial, capaz de promover o reconhecimento, o respeito e a valorização das identidades locais e ancestrais. Essa transformação precisa começar em nós, adultos e educadores, que somos histórias vivas e responsáveis por transmitir, com consciência e sensibilidade, a potência das nossas origens às crianças — nossas continuidades.

Que este trabalho sirva como um convite à escuta e ao resgate da memória coletiva, contribuindo para uma educação que reconheça a diversidade cultural, espiritual e histórica do povo alagoano. Que inspire outros educadores, pesquisadores e cidadãos a se tornarem agentes da resistência, narradores da própria história e construtores de uma sociedade mais justa e plural.

Como canta uma loa de Maracatu: “Trazendo pro povo história e saber.” Assim, que sigamos contando, recontando e reconstruindo nossas histórias — para que a dor se transforme em força, e a memória, em libertação.



AGRADECIMENTOS

Gostaria de expressar minha profunda gratidão a todos que contribuíram de alguma forma para a realização deste trabalho, que não seria possível sem o apoio e incentivo de vocês.

Em primeiro lugar, agradeço à minha namorada, Júlia, pelo apoio incondicional, paciência, amor e incentivo constante. Sua presença ao meu lado foi fundamental para enfrentar os desafios e manter o foco em meus objetivos. Sua luz iluminou meu caminho e me motivou a seguir em frente, mesmo nos momentos mais desafiadores.

Agradeço também à minha amiga Janny, que sempre esteve ao meu lado, oferecendo apoio, aprendizados que me faltavam e um ombro amigo. Sua amizade e suporte incondicional me acompanharam em todos os momentos. Suas palavras de encorajamento sempre trouxeram ânimo e alegria à minha jornada.

Sou grata também à espiritualidade e à ancestralidade, que me acolheram, guiaram e inspiraram ao longo deste processo, me ensinando que nunca caminhei sozinha, me permitindo a dar continuidade a corrente de minha avó e que não há nada de errado em amar quem se ama.

Por fim, um agradecimento sincero aos tambores que ecoam no Jaraguá, ao maracatu! Que me ensinaram sobre resistência, consciência, identidade e a importância da manifestação cultural. Essa vivência enriquecedora foi uma fonte constante de motivação e inspiração durante todo o desenvolvimento deste trabalho.

A todos meu muito obrigada e Axé!

REFERÊNCIAS

ABATE, Elizabete; STOLTZ, Tania. Contação de histórias e desenvolvimento do adulto contador. **Práxis Educativa**. Ponta Grossa, v. 15, e2014764, p. 1-17, Março 2020. Disponível em: <http://educa.fcc.org.br/pdf/praxeduc/v15/1809-4309-praxeduc-15-e2014674.pdf>. Acesso em: 19 de Setembro de 2024.

DIAS, Danielle. **José Fernandes de Barros Lima**. Disponível em: <http://www.cedu.ufal.br/grupopesquisa/gephecl/livros-fragmentos/>. Acesso em: 19 de Setembro de 2024.

50% dos brasileiros são católicos, 31%, evangélicos e 10% não têm religião, diz Datafolha. **G1**, 13 de Janeiro de 2020. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2020/01/13/50percent-dos-brasileiros-sao-catolic>



os-31percent-evangelicos-e-10percent-nao-tem-religiao-diz-datafolha.ghtml>. Acesso em: 19 de Setembro de 2024.

HIGA, Carlos César. "Arte rupestre"; Brasil: **Brasil Escola**. Disponível em: <<https://brasilecola.uol.com.br/historiag/a-arte-rupestre.htm>>. Acesso em 15 de Abril de 2023.

FERREIRA, Alicia Poliana. A reinvenção do maracatu alagoano no século XXI como mito fundador de uma nova alagoanidade. **Anais dos Simpósios da ABHR**, [S. l.], v. 14, 2015. Disponível em: <https://revistaplura.emnuvens.com.br/anais/article/view/1033>. Acesso em: 22 set. 2024.

LEITE, Ilka. Quilombos e quilombolas: cidadania ou folclorização?. **Horizontes antropológicos**. Porto Alegre, ano 5, n. 10, p. 123-149, Maio 1999. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/ha/a/4CD96PrdycJX6xKSjLfrmbS/?format=pdf&lang=pt>>. Acesso em: 02 de maio de 2023.

LINS, Eberth. Avenida Fernandes Lima pode mudar de nome. **TNH1**, Maceió, 01 de Fevereiro de 2023. Disponível em: <<https://www.tnh1.com.br/noticia/nid/avenida-fernandes-lima-pode-mudar-de-nome/>>. Acesso em: 19 de Setembro de 2024.

PORFÍRIO, Francisco. Cultura Indígena; Brasil: **Brasil Escola**. Disponível em: <<https://brasilecola.uol.com.br/sociologia/cultura-indigena.htm>>. Acesso em: 20 de Abril de 2023.

“Quebra de Xangô”: governo pede perdão e diz que AL é terra livre. **Cada Minuto**, Maceió, 01 de Fevereiro de 2012. Disponível em: <<https://www.cadaminuto.com.br/noticia/2012/02/01/quebra-de-xango-governador-pede-perdao-e-diz-que-al-e-terra-livre>>. Acesso em: 19 de Setembro de 2024.

ROMÃO, Tito. Sincretismo religioso como estratégia de sobrevivência transnacional e translacional: divindades africanas e santos católicos em tradução. **Trabalhos em Linguística Aplicada**. Campinas, n. 57.1, p. 353-381, Janeiro/Abril 2018. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/tla/a/BYNWpsPRxzMYh4gGGCwH5Vk/?format=pdf&lang=pt>>. Acesso em: 19 de Setembro de 2024.

SANTOS, Gabriel. Quebra de Xangô, o racismo e a intolerância religiosa em Alagoas. Maceió: **Esquerda Online**, 2020. Disponível em: <<https://esquerdaonline.com.br/2020/02/05/quebra-de-xango-o-racismo-e-a-intolerancia-religiosa-em-alagoas/>>. Acesso em: 19 de Setembro de 2024.

SOUZA , Daniela. SOUZA, Adílio. Itan: entre o mito e a lenda. **Letras Escreve**. Macapá, v. 8, n. 3, 2º sem, p. 99-113. Setembro, 2018. Disponível em: <<https://www.readcube.com/articles/10.18468/letras.2018v8n3.p99-113>>. Acesso em: 21 de Abril de 2023

VIEIRA, Natalício. Governo de Alagoas lança na internet a campanha “Xangô - Fé e respeito”. Alagoas: **Portal Oficial do Governo de Alagoas**, 2024. Disponível em: <<https://alagoas.al.gov.br/noticia/governo-de-alagoas-lanca-na-internet-a-campanha-xango-fe-e-respeito#:~:text=A%20Liga%20dos%20Republicanos%20Combatentes,candom>>



bl%C3%A9%20umbanda%20e%20outros%20cultos>. Acesso em: 19 de Setembro de 2024.

